

REPORTAGEM ESPECIAL

Governo diz que salário não justifica ensino ruim

Pesquisa do MEC revela que o Espírito Santo tem o pior ensino da região Sudeste e salário não é desculpa

GIOVANA RANGEL E
ANDRÉA PIRAJÁ

O ensino do Estado vai mal. Numa pesquisa feita com 3,7 mil alunos capixabas da rede pública municipal, estadual e federal, e também nas escolas privadas, o resultado médio de acertos foi desanimador: 44,5% - o pior resultado da região Sudeste. O governo diz que a "culpa" do problema pode ser a falta de capacitação dos professores, os currículos defasados, a falta de material didático ou de estrutura de ensino. A remuneração salarial do professor foi descartada como o motivo do baixo rendimento.

A pesquisa, que foi realizada em todo País, comprovou que o salário não é o grande vilão do ensino brasileiro. "Sempre atribuímos os problemas à questão salarial mas, se analisarmos o exemplo do Amapá, que tem o maior salário de professor do Brasil, veremos que isso não procede, já que o Estado ficou em 24º lugar na média de acertos", justifica a diretora de Controle e Avaliação Básica do Ministério da Educação (MEC), Maria Inez Gomes Pestana.

Na classificação do MEC, o Espírito Santo ficou em nono lugar, atrás de todos os outros Estados da região Sudeste. "O fato do Estado ter sido o último da região Sudeste não significa muito, porque outros grandes Es-

tados ficaram abaixo de nós", opina a coordenadora do Sistema de Avaliação da Educação Básica da Secretaria de Educação, Celeste Antônia Vargas Sofisti.

O salário, segundo ela, também não influenciou o resultado da pesquisa, que começou em novembro do ano passado. "Temos que analisar o global. Já foi comprovado, através de pesquisas, que quando a escola é bem equipada, os professores ganham bem e ensinam com metodologia avançada, a qualidade do aprendizado tende a ser melhor. Mas o salário não é um ponto isolado que garante o bom rendimento", declara.

A diretora do Sindicato dos Professores da Rede Particular, Izanete Rocha Espíndola, também afirmou que um salário digno é importante, mas não é fundamental. "A luta dos professores não é só para suprir a carência econômica. Lutamos pela transformação do ensino".

O resultado final da pesquisa, que também inclui avaliação de professores e diretores, será divulgado em julho. Este é o terceiro teste aplicado pelo governo. Nos testes anteriores houve teste de Ciências e este ano foram aplicados somente de Português e Matemática.

De acordo com Inez, o objetivo fundamental da pesquisa não é comparar Estados, e sim diagnosticar os problemas para que o governo federal possa agir com projetos na área de educação.



Participaram da pesquisa 3,7 mil alunos capixabas de escolas públicas e privadas

Especialistas dão alternativas

Os especialistas reconhecem que o problema é difícil, mas sugerem alternativas para a mudança do quadro atual da educação. A capacitação dos professores e revisão dos currículos são as soluções apontadas para amenizar o problema do ensino público e privado.

Profissionais mal formados e currículos que diferem da realidade podem contribuir para o fracasso dos alunos, refletido na pesquisa do MEC. O presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado, Artur Viana, disse que a universidade não tem formado profissionais suficientes para atender à demanda da rede.

"Isso obriga as escolas a contratarem pessoas não habilitadas. No último concurso que fizemos, a metade das vagas oferecidas não foi

preenchida por falta de aprovação. Com isso podemos constatar que os que foram aprovados não passaram com bons índices".

A diretora do Sindicato dos Professores da Rede Particular, Izanete Rocha Espíndola, concorda que o baixo rendimento na pesquisa está ligado a falta de reciclagem dos profissionais que, segundo ela, é quase ausente.

A secretária de Educação da prefeitura de Vitória, Ana Maria Marreco, afirmou que parte do problema é originado devido a falta de capacitação do professor.

"Por causa disso fazemos, mensalmente, uma capacitação mensal dos conteúdos, além de investir no Programa de Reforço Escolar, onde a criança permanece o dia todo na escola, em salas menores, para que tenham oportunida-

de de dominar os conteúdos".

A coordenadora do Sistema de Avaliação da Educação Básica da Secretaria de Educação, Celeste Antônia Vargas Sofisti, acha que seria fundamental fazer uma mudança no currículo dos alunos e incentivar a especialização dos professores. "Mas não é fazer por fazer, porque estas alternativas fazem parte de uma solução global, de valorização da educação".

Atualmente, a seleção de professores da rede municipal e estadual é feita através de concurso público e designação temporária. Nas escolas particulares, de acordo com o Sinpro, a admissão é feita através de testes práticos e psicológicos mas, em muitos colégios, o profissional é admitido sem que faça nenhum teste.

ELES OPINAM

Regina Padilha Azevedo, 32 anos, dona de casa - "Eu acho que a culpa pelo baixo rendimento dos alunos em geral é do governo, que não tem como manter um salário digno e em dia para os professores. Como consequência, ele tem que trabalhar em dois ou três lugares e fica desestimulado e desgastado. A solução é oferecer um melhor salário aos professores".

Penha Saviato Borba, 35 anos, jornalista e comerciante - "Eu fiquei assustada com o nível de rendimento dos alunos detectado pela pesquisa do MEC. A gente fica analisando que tipo de formação nossos filhos estão tendo. Acho que a solução é realizar mais cursos de reciclagem, aprimoramento dos professores, principalmente na parte didática, que muda sempre.

Eliane Ferreira da Silva, professora da Escola São Domingos - "O resultado dessa pesquisa é um reflexo da situação do País. Foi decepcionante para mim, como professora, saber que os alunos estão com nível abaixo de cinco. Faltam valorização financeira, preparação das escolas, reciclagem e, ainda, maior orientação da Secretaria de Educação".

Margarida Daher Carneiro, diretora da Escola São Domingos - "Acho que o dia em que houver uma valorização maior do professor, como melhor salário e melhores condições de trabalho, melhora tudo, inclusive o nível dos alunos. A solução estaria em salários mais dignos, dando condições para eles trabalharem, estudarem e se reciclarem".

Terezinha Lima Medeiros, diretora da Escola de 1º grau Irmã Maria Horta - "O resultado dessa pesquisa é um reflexo de uma situação que há muito tempo vem ocorrendo no ensino: a decadência. Acho que a solução para melhorar o nível dos alunos seriam treinamentos e cursos de atualização. Para acabar com as greves, seria necessário valorizar mais o professor".

População culpa greve por baixo rendimento

Nos últimos quatro anos, os alunos da rede estadual foram vítimas de quatro greves de professor

Adona de casa Arminda Alves Rocha, 42, "culpa" as constantes greves da rede estadual pela baixa classificação do Espírito Santo na avaliação feita pelo Ministério da Educação (MEC). O seu filho Eduardo, 12, já ficou duas vezes reprovado na 5ª série. Segundo Arminda, os responsáveis pelo desempenho dos professores são as greves, que se tornaram cons-

tantes no calendário escolar.

O auxiliar de escritório Leandro Mattos, 32, também acredita que a greve seja responsável pelo baixo desempenho, já que os alunos perdem o hábito de ir à escola. "As escolas estaduais fazem tanta greve que as crianças esquecem que estudam. Digo isso a exemplo do meu filho, Diego (10 anos) que, toda vez que tem greve, não quer mais frequentar a escola".

Nos últimos quatro anos, os alunos de escolas estaduais foram vítimas de quatro greves. Em 92, por exemplo, o movimento grevista durou 70 dias. Em 93 e 94, as aulas foram paralisadas por mais de 100 dias. No ano passado, mais de 30 dias foram perdidos com a greve de professores. Este ano o problema também persistiu: o início das aulas foi adiado em 67 dias.

De acordo com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado (Sindupes), Artur Viana, as greves

são, em grande parte, responsáveis pelo desempenho dos alunos. "De qualquer maneira as greves significam interrupções no ensino. Mas temos que continuar usando este artifício, já que o governo não tem se esforçado para mudar a situação. A educação não é prioridade", afirma.

Na rede particular, as greves não chegam a afetar o calendário letivo porque duram menos tempo (um ou dois dias). Segundo uma das diretoras do Sindicato dos Professores da Rede Particular (Sinpro), Izanete Rocha Espíndola, a greve é um bom recurso para que o trabalhador tenha os seus direitos adquiridos.

De acordo com ela, nas escolas particulares os movimentos só não duram mais tempo por causa da repressão dos donos de escolas. "É difícil fazer greve com as ameaças de demissão por parte dos patrões. Por isso, fazemos apenas duas paralisações, em média, por ano".



Arthur Viana reclama que Educação não é prioridade do governo

COMO FOI A PESQUISA

No Espírito Santo

- Foram aplicados testes de Português e Matemática para alunos da rede pública municipal, estadual e federal e escolas particulares
- 3,7 mil alunos de primeiro e segundo grau responderam as questões
- 99 escolas foram ouvidas
- 107 turmas participaram do levantamento, em 18 municípios
- A Sedu não possui a diferenciação de cada escola, ou seja, o quanto re-

presenta o número de escolas públicas ou privadas no total

NO BRASIL

- 26 estados foram pesquisados
- 2.333 escolas públicas e 550 escolas particulares participaram da pesquisa
- 2.800 diretores tiveram que responder a um questionário
- 7 mil professores também foram avaliados
- 124.860 alunos, em 3.540 turmas diferentes, foram testados

Fonte: Ministério da Educação

MÉDIA DE ACERTOS

1 - Brasília	51,8%
2 - Minas Gerais	49,4%
3 - Rio Grande do Sul	48,2%
4 - São Paulo	47,8%
5 - Paraná	47,6%
6 - Santa Catarina	47%
7 - Goiás	46,6%
8 - Rio de Janeiro	45,8%
9 - Espírito Santo	44,5%
10 - Mato Grosso do Sul	44,5%
11 - Sergipe	43,4%
12 - Ceará	42,9%
13 - Paraíba	42,7%
14 - Bahia	42,6%
15 - Mato Grosso	42,4%
16 - Pará	42%
17 - Amazonas	41,9%
18 - Rio Grande do Norte	41,8%
19 - Rondônia	41,7%
19 - Roraima	41,7%
19 - Pernambuco	41,7%
22 - Alagoas	41,3%
23 - Piauí	41,1%
24 - Amapá	40,5%
25 - Acre	40,1%
26 - Tocantins	39,2%
27 - Maranhão	38%

Fonte: Ministério da Educação

Livros contêm erros grosseiros de informação

A Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) não sabe se os estudantes capixabas, de 1ª a 4ª séries, estão ou não aprendendo através de dados desatualizados e com erros grosseiros detectados em 264 livros que foram excluídos da lista do Ministério da Educação e Cultura (MEC) na semana passada.

Segundo o representante da FAE no Espírito Santo - órgão do MEC responsável pela distribuição dos livros -, Osvaldo Mello, a notícia chegou como novidade ao escritório da fundação. "A FAE não tem nada a ver com essa lista. Ainda não tivemos reclamação por parte das escolas ou professores de nenhum dos livros que distribuimos esse ano. A nossa função é comprar e distribuí-los, e estes vão direto das editoras para as escolas, que os escolhem".

Os 264 livros excluídos da lis-

ta do MEC ainda estão circulando nas escolas de 1º grau da rede pública, embora no Estado a FAE não tenha controle de onde e por quem eles estão sendo utilizados. Por essa lista, elaborada pelo MEC, as escolas escolhem entre mais de mil livros os que serão adotados no próximo ano letivo.

O material excluído contém dados desatualizados, como livros de história onde o presidente do Senado, José Sarney, ainda aparece na Presidência da República depois de seis anos, ou ainda livros de Geografia, onde o Brasil aparece com 23 estados, e o Maceió consta como capital do Maranhão. Alguns, ainda, chegam a afirmar que o estado de Pernambuco ocupa o território da Paraíba, que a lua é uma fonte de luz artificial e que a escravidão não foi tão ruim assim, já que muitos senhores tratavam bem seus escravos.

Secretários de Educação querem repasse de 30%

BRASÍLIA - Os secretários de Educação estão cobrando do ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, a garantia de que o governo vai repassar 30% dos recursos orçamentários destinados à educação para o ensino fundamental. A preocupação com o repasse desses recursos foi discutida ontem, em Brasília, durante reunião do Conselho dos Secretários de Educação.

Estes recursos são considerados essenciais para complementar o dinheiro do Fundo de Valorização do Professor e do Ensino Fundamental, que vai garantir um salário base de R\$ 200 reais para o professor e R\$ 100 reais para o gasto anual por aluno em todo o País.

A proposta de emenda do Fundo já foi aprovada em primeiro turno na Câmara e prevê que 15%, dos 25% da arrecadação dos estados e municípios hoje destinados à educação, sejam aplicados no ensino básico.

Os secretários das regiões Norte e Nordeste querem saber como o governo vai garantir o recurso para os que não alcançarem os patamares fixados no projeto.

O Conselho dos Secretários de Educação conseguiu a inclusão no projeto do executivo da emenda que estabelece a obrigação do governo destinar 30% do orçamento federal para o ensino básico. Mas querem uma garantia do ministro de que o compromisso será cumprido.

MOTIVOS - A diretora de Controle e Avaliação Básica do MEC, em Brasília, Maria Inez Gomes Pestana, disse que não pode afirmar se o problema seria solucionado com capacitação do professor, mudança curricular ou aumento de salários antes que o MEC analise todos os dados da pesquisa. "Vamos estudar todas estas variáveis e verificar se elas contribuem de maneira positiva ou negativa no ensino. Também queremos analisar se o baixo rendimento não está relacionado à condição financeira do aluno", explicou.

VEJA O QUE OS ALUNOS DA REDE PÚBLICA ESTÃO APRENDENDO

■ "A borboleta não tem osso, portanto não tem esqueleto". Trecho do livro "A Criança no Mundo da Ciência", da editora Ibeop.

- O conceito de esqueleto aparece restrito à presença de estrutura óssea. Muitos vertebrados, como os tubarões, não têm esqueleto ósseo. Trata-se de um erro grave, elementar em zoologia.

■ "Em caso de picada de cobra, imobilizar a área afetada com uma atadura, logo acima da mordida". Trecho do livro "Eu Gosto de Ciências", da editora Nacional.

- Tal medida, segundo o Instituto Butantã, não pode ser aplicada em hipótese nenhuma,

porque pode levar a área afetada à necrose e à gangrena, acarretando até a amputação do membro.

■ "Os meninos preferem representar cenas de mocinhos e bandidos. As meninas gostam de cenas mais verbais e estáticas". Trecho do livro "Eu Gosto de Comunicação".

- Limita-se a falar do desenvolvimento da criança de sete e oito anos, ignorando outras faixas etárias cobertas pela coleção. Revela, por vezes, uma visão bastante preconceituosa em relação à diferença entre meninos e meninas.

Fonte: Comissão de Avaliação do Conteúdo dos Livros Didáticos do Ministério da Educação (MEC)

CIDADES

CLAUDNEY PESSOA - 15/05/96

Estopim para nova greve de ônibus

As empresas disseram que vão parcelar os benefícios, mas os motoristas não aceitam

As empresas de ônibus decidiram ontem parcelar os benefícios que foram definidos durante o acordo que resultou no final da greve dos motoristas, que paralisou o transporte de passageiros durante os dias 14, 15, 16 e 17 de maio. A decisão dos empresários promete esquentar novamente a briga com a categoria, que ameaça voltar à greve se o acordo não for cumprido integralmente.

Na reunião do dia 17 de maio, que teve o governador Vitor Buaiz e o secretário de Transportes, Fernando Betarello, como mediadores, a proposta feita pelos empresários e aceita pelos trabalhadores foi um reajuste salarial de 18,35%, pagamento de 22 vales-refeição no valor de R\$ 3,00 por mês, seguro de vida de R\$ 3,00 e plano de saúde de R\$ 15,00.

Pelo acordo, os motoristas suspenderiam a greve em troca do reajuste e todos os benefícios que seriam pagos no salário do mês de maio. As empresas conseguiram do governo a autorização para aumentar o valor das passagens em 15%, passando de R\$ 0,75 para R\$ 0,85 a partir de 2 de junho.

O Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros do Espírito Santo (Setpes) recuou e disse que vai pagar os salários

com o aumento, mas os benefícios vão ter que ficar para mais tarde. O vice-presidente do Setpes, Guerino Dalvi, afirmou que as empresas não têm como cobrir os custos com os benefícios no mesmo mês em que o aumento começa a vigorar.

“Os benefícios vão ser escalonados. No pagamento do dia 5 de junho virá o aumento de 18,35%. Em julho serão pagos o vale-refeição e o seguro. Já o plano de saúde será pago em agosto”, afirma Guerino Dalvi.

O sindicato dos motoristas já adiantou que não vai aceitar a proposta dos patrões e ameaça parar novamente se o acordo não for cumprido. A secretária do sindicato, Janete Cozer, disse que os motoristas querem o pagamento todo de uma vez. Caso contrário, vão parar todos os ônibus no próximo dia 7. “Se eles não cumprirem sua parte no acordo, nós não vamos respeitar nem os 30% da frota exigida”.

O presidente da Companhia Estadual de Transportes Urbanos da Grande Vitória salientou que os empresários são responsáveis pelas próprias atitudes e disse que as empresas têm que cumprir a proposta que foi definida e que acabou com a greve. “Agora, não temos mais o que mediar”, ressaltou Tarciso.



Uma nova greve de ônibus deverá estourar no dia 7 se as empresas não cumprirem acordo

Ceturb vai adotar controlador

Ônibus correndo em alta velocidade em vários trechos da cidade, pondo em risco a segurança no trânsito. Esta cena pode estar com os dias contados se um equipamento que limita a velocidade dos coletivos, testado pela Companhia Estadual de Transportes Urbanos da Grande Vitória (Ceturb), tiver a eficácia comprovada pelo Conselho Nacional de Trânsito (Contran), em Brasília, que é o órgão que pode dar autorização para a implantação deste tipo de dispositivo.

Os primeiros resultados dos testes comprovaram que o equipamento pode reduzir os riscos de acidentes no trânsito, provocados pela alta velocidade dos coletivos. Além disso, de acordo com o presidente da Ceturb, Tarciso Vargas, a utilização do controlador de velocidade pode também diminuir os

custos, economizando pneus e combustível.

O controlador de velocidade é um equipamento instalado nos coletivos que impede que o carro ultrapasse a velocidade permitida em cada local. Ele regula o curso do acelerador através de um outro aparelho, que emite sinais que indicam e impedem que o ônibus exceda o limite.

Desenvolvido pelos professores Elias Antônio Dalvi, Fernando Lordelo e Dante José de Araújo, do Instituto Tecnológico da Universidade Federal do Espírito Santo (Itufes), o controlador foi testado pela Ceturb em conjunto com o Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros do Espírito Santo (Setpes).

Os testes vêm sendo realizados há cerca de um ano, quando os professores idealizadores do equipamento procuraram incentivo junto à Ceturb e o

Setpes, que possibilitaram os estudos através de financiamento.

Durante dois meses, seis ônibus usados no transporte de passageiros na Grande Vitória estiveram rodando com o controlador de velocidade para que os técnicos fizessem os testes necessários para regular o equipamento e concluíssem os acertos para garantir o bom funcionamento.

Depois dos primeiros testes, o controlador foi enviado para o Contran, que pode aprovar ou não de acordo com o que constatar em testes próprios. “A instalação em todos os 1.050 ônibus que circulam nos sistemas municipais e intermunicipais depende do Contran”, declarou Tarciso Vargas. A Ceturb ainda não sabe quanto vai custar e nem quando o dispositivo vai ser instalado, se for aprovado.

MEGA-SENA — A sena do concurso 012 da Mega-Sena ficou acumulada, segundo informou ontem a Caixa Econômica Federal. A Quina teve 108 apostas premiadas que receberão, cada uma, R\$ 6.791,17. A Quadra teve 6.454 apostas premiadas e cada uma receberá R\$ 113,64. As dezenas do concurso 012 da Mega-Sena sorteadas ontem em Brasília foram 04, 16, 19, 20, 27 e 43. Com isso, ficou acumulado para o próximo sorteio o prêmio de R\$ 880.136,25, já descontado o Imposto de Renda. A Quina teve 108 acertadores, enquanto a quadra teve 6.454 acertadores.

GRATUIDADE — Mais de 100 mil pessoas viajam de graça nos ônibus urbanos do município de Colatina, Norte do Estado, resultando numa gratuidade em torno de 20%. Os empresários do setor reclamam dos privilégios que vêm sendo concedidos por leis federais, estaduais, municipais e até pela Constituição Federal, elevando assim o custo do sistema de transportes. Os assalariados acabam pagando a conta dos privilegiados com o transporte gratuito. Como exemplo, dos 200 mil passageiros em média que a Viação São Roque transporta por mês, 20% não pagam passagem. Dentro do perímetro urbano de Colatina, uma passagem custa em média R\$ 0,37.

Ibama apreende 1500 animais

A operação “Quem ama não compra”, lançada pelo Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente) no dia 1º de abril, já começou a apresentar resultados. Desde que foi lançada, já foram apreendidos 1,5 mil animais silvestres das mais variadas espécies, como papagaios, canários, sabiás, periquitos, tiês vermelhos, coleiras, melros, curiós e macacos.

As aves que estavam sendo negociadas entre Nanuque e Posto da Mata, na divisa do Espírito Santo com Minas Gerais, foram entregues à Aracruz Celulose, que desenvolve o Projeto Sereias, onde os animais passam por uma recuperação que dura,

em média, 40 dias para retornar ao seu habitat natural.

A operação “Quem ama não compra”, desenvolvida pelos fiscais do Ibama juntamente com a Polícia Ambiental do Estado, atingiu principalmente as regiões norte e sul do Espírito Santo. A campanha, que tem como objetivo principal impedir a captura e a comercialização de animais silvestres, foi considerada uma das mais eficientes do País, tendo conseguido os melhores objetivos: além do alto número de animais apreendidos foram abertos quatro processos contra infratores. Pela lei nº 5197/67, os infratores podem pegar de três a cinco anos de prisão.

De acordo com o superintendente do Ibama, Adilson Loure da Silva, um dos objetivos da campanha, que tem caráter permanente, é realizar um trabalho de conscientização, tendo como alvo principal as crianças. “Devemos orientar as crianças para que não tenham animais em casa. Essa conscientização deverá ser contínua”.

Além dessa campanha, o Ibama está aguardando recursos da administração federal, de cerca de R\$ 10 mil, para concluir o trabalho de regularização das embarcações de pesca de lagosta e etiquetagem das redes de pesca, de Guarapari até a divisa. Até o dia 7 de julho, os pe-